folheto_mobilizacao_6julho_arte.pdf 1 29/06/11 10:05

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE

O Plano Nacional de Educação deve ser aprovado agora, em 2011, para que se fortaleça a educação pública, articulada em todos os níveis e modalidades de ensino; com investimento de 10% do PIB; democratização do acesso, permanência e sucesso escolar; qualidade pedagógica, avaliação e gestão democrática; financiamento público exclusivamente para a educação pública; controle social; formação e valorização dos profissionais.

REFORMA POLÍTICA COM DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

A Reforma Política no Brasil deve servir para o fortalecimento da participação popular e maior controle social sobre o Estado e o fortalecimento dos partidos.

Defendemos eleições democráticas com financiamento público de campanha, fidelidade partidária e regulamentação do artigo 14 da Constituição, aquele que prevê instrumentos de democracia direta como referendos e plebiscitos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A estrutura tributária brasileira precisa ser alterada. Hoje, os ricos pagam menos impostos do que os mais pobres e há uma enorme sonegação. Além disso, a maior parte dos impostos recai sobre o consumo e está embutida nos preços dos produtos, principalmente, nos alimentos.

As empresas que geram mais empregos pagam mais do que aquelas que empregam menos e têm alto faturamento. A reforma tributária deve instituir a progressividade como princípio (quem ganha mais deve pagar mais, quem ganha menos paga menos), ampliar a tributação sobre as grandes propriedades, taxando lucros e ganhos de capital, grandes fortunas e heranças.

JUNTOS FAZEMOS A DIFERENÇA!

CUT, CMP, MMM, VIA CAMPESINA (MST, MAB, MMC, MPA)

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
www.cut.org.br

6 DE JULHO
Dia Nacional de Mobilização
2011

Juntos na luta por ganhos reais!

- Mais e melhores empregos e salários;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Fim do fator previdenciário;
- Combate à precarização do trabalho e à terceirização;
- Reforma agrária e políticas agrícolas;
- Aprovação do Plano Nacional de Educação em 2011;
- Reforma política e tributária;
- Por uma nova estrutura sindical:
  - ✓ Fim do Imposto;
  - ✓ Liberdade e Autonomia.

folheto_mobilizacao_6julho_arte.pdf 2 29/06/11 10:05

6 DE JULHO DE 2011

Dia Nacional de Mobilização da CUT em conjunto com o Movimento Social e Popular – Via Campesina (MST, MAB, MMC, MPA), MMM e CMP

Juntos na luta por ganhos reais!

Com o compromisso de defender e ampliar direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, a CUT – Central Única dos Trabalhadores – junto com entidades do movimento social e popular, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), a MMM (Marcha Mundial das Mulheres) e a CMP (Central de Movimentos Populares), está nas ruas de todo o país para apresentar à sociedade brasileira sua pauta de lutas para o próximo período:

Campanhas Salariais no 2º Semestre

SALÁRIO NÃO É VILÃO DA INFLAÇÃO!

Para promover o desenvolvimento, é preciso mais empregos e melhores salários. Isso gera consumo, que por sua vez, gera produção. Não podemos aceitar o argumento dos patrões de que aumento de salário gera inflação. Há inúmeros fatores que pressionam a inflação e devem ser combatidos, como os impostos que são repassados para o consumidor; a falta de concorrência na produção e venda de produtos, que facilita preços abusivos; preços altos nas tarifas dos serviços públicos que foram privatizados, como luz, transporte e pedágios, telefone e outros; altas taxas de juros, que dificultam o crédito e representam privilégios à especulação financeira.

Por isso, nas campanhas salariais deste 2º semestre, a luta deve ser por ganhos reais, porque o salário não é o vilão da inflação!

REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Para aumentar a produção de alimentos para o povo brasileiro, fixar as famílias no campo e gerar trabalho e renda no meio rural é preciso uma política de Reforma Agrária efetiva, urgente, com revisão dos índices de produtividade e limites para a propriedade da terra.

Lutamos pela aprovação da PEC 438/2001 – que expropria terras e as destina à reforma agrária onde houver flagrante de trabalho escravo; pelo fortalecimento da agricultura familiar, com a ampliação e facilitação do acesso ao crédito, infraestrutura, pesquisa e políticas públicas de comercialização e distribuição.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

Defendemos a redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas, sem redução de salários, com a aprovação da PEC 231/95 em debate no Congresso Nacional. A redução da jornada de trabalho vai possibilitar a criação de mais empregos com carteira assinada, mais tempo para os estudos, descanso ou para ficar com a família.

FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Lutamos pelo fim do fator previdenciário, que reduz o valor da aposentadoria, e somos contra a idade mínima para se aposentar. A injustiça é tão grande que um trabalhador com 35 anos de contribuição e 60 de idade, pelas regras atuais, perde 12,2% do valor do benefício. Uma trabalhadora com 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, hoje tem 27,4% de sua aposentadoria retida.

Também defendemos a recomposição do poder de compra das aposentadorias e aumento real para os aposentados que ganham acima de um salário mínimo.

COMBATE À PRECARIZAÇÃO E À TERCEIRIZAÇÃO

Não admitimos a terceirização que retira direitos dos trabalhadores e reduz salários! No Brasil, a terceirização é usada para reduzir e precarizar postos de trabalho, diminuir a remuneração e os benefícios dos trabalhadores, aumentar a jornada e reduzir de forma fraudulenta os custos das empresas que demitem trabalhadores e os recontratam como terceirizados. Além disso, a terceirização é responsável pelo aumento das mortes, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

POR UMA NOVA ESTRUTURA SINDICAL, COM FIM DO IMPOSTO E COM LIBERDADE E AUTONOMIA

Queremos o fim do imposto sindical. Defendemos a contribuição negocial, com os trabalhadores tendo o direito de decidir em assembleia como irão contribuir com seu sindicato. Além disso, é necessária uma legislação que permita a livre organização sindical, inclusive nos locais de trabalho, e que combata as práticas antissindicais.

IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DO TRABALHO DECENTE

Lutamos por trabalho digno, adequadamente remunerado e em condições de igualdade entre homens e mulheres; contra qualquer tipo de discriminação; pelo fim do trabalho escravo e infantil; por respeito aos direitos fundamentais no trabalho.